

Mouzinho da Silveira, o “Moisés do Liberalismo” Português

Doutor António de Almeida Santos
Ex-Presidente da Assembleia da República, Portugal

Resumo: Mouzinho da Silveira (1780-1849) foi uma figura ímpar de homem de Estado, e legislador. O escritor Almeida Garret (1799-1854) cognominou-o “Moisés do Liberalismo”. Neste estudo, o autor evoca o grande vulto, contextualizado nos tempos críticos da implantação do regime liberal em Portugal.

Palavras-chave: Mouzinho da Silveira, Liberalismo em Portugal, Legislação, D. Pedro I do Brasil / IV de Portugal

Abstract: Mouzinho da Silveira (1780-1849) was a unique statesman and legislator. The Portuguese writer Almeida Garrett (1799-1854) baptized him “the Moses of Liberalism”. In this text, the author evokes his life and works, in the context of the critical period of the genesis and the early times of liberalism in Portugal.

Key-words: Mouzinho da Silveira, Portuguese Liberalism, Legislation, D. Pedro I of Brasil / IV of Portugal

1. Mouzinho da Silveira é uma das minhas referências políticas.

E é-o não tanto pelo brilho ou pela espectacularidade da sua carreira – não foi um herói no sentido corrente do termo – mas porque, sem o ter sido, em certo sentido o foi para mim, e como tal permanece. Um herói pela inteligência, pelo carácter, pela modéstia, pela desambição, pela espantosa obra legislativa de que foi autor.

É também uma das minhas referências políticas por algum paralelismo entre as nossas carreiras políticas. Ele um dos mais brilhantes legisladores da história política portuguesa. Eu também legislador, mas modesto. Mais prolífico e convencional eu, menos prolífico mas mais qualificado, inovador e revolucionário ele.

No meu caso, não funcionou a lei da transformação da quantidade em qualidade, se é que, verdadeiramente, essa lei existe.

Ambos frequentámos a mesma universidade: a de Coimbra. Mas ele frequentou uma outra, menos escolástica e mais arejada: a universidade do exílio na capital da revolução francesa, que tinha feito, e continuava a fazer, a ruptura civilizacional entre o Mundo Velho e o Mundo Novo.

Também eu ajudei, na minha modéstia, a fazer essa ruptura, entre a organização legislativa da velhíssima ditadura do dito “Estado Novo”, e o verdadeiramente Novo Portugal de Abril. Coube-me sobretudo, a duras penas, nesse desígnio, ajudar a cumprir o processo de emancipação das colónias portuguesas, que desde muito antes eu vinha defendendo, e que a consciência universal havia decretado. No tempo de Mouzinho, o Brasil, única colónia que se tratava de descolonizar, descolonizou-se por si própria e sem dor. Mas quando se ensaiaram resistências do reconhecimento oficial desse acto genesíaco, Mouzinho da Silveira esteve do lado do bom aviso ao Rei para que não tentasse reescrever a história.

Enfim assinado o Tratado do Rio de Janeiro que formalizou a autonomia da grande nação irmã, passámos a poder vangloriar-nos da antecipação com que Portugal consentiu na legitimação desse acto libertador, que precedeu de quase dois séculos as três décadas da libertação dos povos não autónomos. Mouzinho, aliás, nunca poupou críticas ao regime colonial mercantilista, e ao sistema de exploração em que se

traduzia. E pôs sempre a maior ênfase no duro preço civilizacional que o nosso país teve de pagar pela errada gestão do resultado das descobertas, facto em que filiou o atraso do nosso país, em contradição com o êxito, sobretudo cultural, da era de quinhentos.

O começo da vida funcional de Mouzinho decorreu sem brilho assinalável: juiz de fora em Marvão, já no entanto presidiu aí a reuniões para organizar a defesa da praça contra o risco de invasão pelos exércitos napoleónicos, sem prejuízo de ter inicialmente admitido, como outros avançados pensadores portugueses do tempo, que as invasões pudessem traduzir-se numa lufada de modernidade política e ideológica. Essa visão não se confirmaria, e viria a ser corrigida por uma resistência popular heróica, ajudada pela negação daquele pressuposto pelo desastrado Junot, que disfarçou mal a ambição de que Portugal o proclamasse rei. Juiz de fora em Setúbal, Juiz do Tombo dos Bens da Casa Real em Lisboa, e Provedor de Portalegre, demite-se deste cargo para poder concorrer às eleições para as Cortes, curiosamente sem êxito. A sua boa estrela demorava a cintilar.

Daí o seu regresso ao funcionalismo como Administrador-Geral da Alfândega de Lisboa. Mas não aqueceu o lugar. A 28 de Maio de 1823, é nomeado Ministro da Fazenda, e logo a 31 de Maio confirmado nessa dignidade, no quadro do ministério formado após a Vila-Francada, ainda que a contragosto. A revolução de Vila Franca, de Maio de 1823, tinha proclamado a restauração do absolutismo, que Mouzinho sempre tinha combatido e continuaria a combater. Valeu, nesse então, aos liberais, o facto de D. João VI ter rejeitado o regresso puro e simples ao passado, e ter prometido uma constituição modificada e melhorada, embora tenha querido agradecer aos vencedores, dissolvendo as cortes.

Com a opinião do alto dividida entre D. Miguel e a Mãe de um lado, o Rei e o governo do outro, ocorreu nova revolta de direita, em 24 de Abril de 1824, que pela data em que deflagrou ficou conhecida como a “Abrilada”. D. João VI refugiou-se a bordo de um navio inglês surto no Tejo, e obrigou D. Miguel, com a ajuda dos ingleses, a submeter-se.

D. Miguel deixou o país. E D. João VI viria a morrer em Março de 1826, com o conseqüente regresso à fragilidade do regime, até então caracterizado por um absolutismo moderado, a que o Rei imprimiu algum tempero. Mas já sem tempo, ou sem vontade, para a prometida Constituição. Numerosos liberais saíram do país, em direcção à França e à Inglaterra.

Situação delicada. D. Pedro imperador do Brasil, glorificado pelo grito de Ipiranga, e com direito dinástico ao trono de Portugal. A reunião dos dois reinos, obviamente impossível. A saída é conhecida. D. Pedro, aclamado em Portugal como Rei D. Pedro IV, abdicou do direito ao trono português a favor de sua filha Maria da Glória, que tinha apenas sete anos, sob a esquipática condição de casar com seu tio D. Miguel, ao qual, do mesmo passo, confiou a regência do reino. Constrangimentos que o país ficou devendo aos absurdos do poder monárquico.

Mas nem tudo foi mau. D. Pedro tentou compensar o país outorgando a Carta Constitucional que, embora redigida um tanto à pressa, estava impregnada do espírito da revolução francesa, e viria a merecer o apoio da generalidade dos liberais portugueses, incluindo Mouzinho da Silveira.

Mas a breve trecho se viria a concluir que, para D. Miguel, era paz a mais. Em Fevereiro de 1829 regressaria a Portugal, mais possesso de ódio contra os liberais do que disposto a cumprir a palavra dada. O espectro da guerra civil regressou à velha pátria, apesar de D. Miguel, após o regresso, ter jurado fidelidade a D. Pedro e a D. Maria II, bem como à nova Constituição. Viria a confirmar-se que nada valiam as suas juras.

Verdade seja que não lhe faltaram apoios, internos e externos, para o novo projecto de restauração de um regime de poder absoluto. A história do processo político universal é a muitos títulos a história da resistência à abdicação do privilégio, para que não triunfe a equidade. Em Março de 1828, D. Miguel dissolveu as Cortes, voltando a convocá-las “por ordens”, à velha maneira, para que, em Julho de 1829, o proclamassem rei.

Levantamentos liberais no Porto e um pouco por toda a parte, fracassaram. A repressão – que durou seis anos – foi mais do que nunca violenta. Execuções sumárias, prisões arbitrárias, exílios mais que muitos. Sobretudo de liberais, inimigos de estimação. Mas não só. Ao pé do despotismo – esse ao menos “esclarecido”! – do Marquês de Pombal, o despotismo retrógrado de D. Miguel foi um chocante recuo. E como teve o desplante de lançar o odioso dos seus próprios actos sobre os liberais, a quem acusou de libertinos, ateus e pedreiros livres, não lhe faltaram apoios.

Só que, sem suporte estrangeiro, que tinha alienado, e com o lógico agravamento da situação económica interna, o mesmo estômago que tinha até então atenuado a oposição às suas indignidades e aos seus excessos, acabou por exacerbá-los. D. Maria II, cautelarmente enviada para Inglaterra, viria, tão só com a sua presença, a mobilizar os exilados. E o Brasil, a viver as exaltações da liberdade e da independência, enviava subsídios que ajudaram a financiar a expedição dos resistentes liberais, que acabou por tomar o rumo da Ilha Terceira.

Entre os defensores de um modelo liberal, muitos portugueses ilustres. Para só recordar os mais notáveis, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, e Mouzinho da Silveira. O melhor da inteligência nacional estava com D. Pedro, que havia abdicado do trono do Brasil em favor de seu filho, D. Pedro II, em 1831, e liderava a expedição e a causa liberal.

Em Março de 1832, a expedição libertadora aportava à Ilha Terceira, que a recebeu de braços abertos. E começou a organização do regresso à Pátria dos 7.500 bravos que a constituíram, dispostos a morrer pela libertação do seu país. Em Julho do mesmo ano desembarcavam na praia do Mindelo, perto do Porto. E a surpresa fez fugir as forças absolutistas. D. Pedro e os seus apoiantes puderam entrar no Porto, quatro dias após, e apoderar-se, sem luta, da cidade.

Como era previsível, os absolutistas reagruparam as suas forças e cercaram a cidade, convictos de que os liberais não resistiriam ao cerco e aos 80.000 homens em armas das forças absolutistas. Mas resistiram. Com o apoio da população, resistiram durante doze longos meses, aos quais se seguiram mais doze após a saída do Porto, a comprovar, mais uma vez, que a razão e o ânimo com que se a defende, são o adversário mais difícil de vencer.

Foi uma longa e tormentosa guerra civil, cara em estropiados e mortos, que alastrou pelos quatro cantos do “canapé” português, como lhe chamou, se não erro, o próprio D. João VI. Começou por ser uma luta desigual, com mais combatentes e até apoiantes do lado absolutista. Mas já o velho Gil Vicente disse que, “quem peleja com razão, tem deus por capitão”. Não talvez deus, que consentiu tempo demais ao poder absoluto, mas a própria razão, invocada por Mestre Gil, e o ideal de justiça a ela ligado. Os liberais lutavam por um Mundo Novo que por essa Europa fora, e do lado de lá do Atlântico, conquistava os mais altos espíritos e os mais generosos corações. Lutavam por um Portugal livre. D. Miguel tinha, a apoiá-lo, o número. Os liberais a qualidade. A inteligência portuguesa, essa, estava com os liberais. O triunfo destes só poderia surpreender a estupidez e a ignorância.

2. Durante o exílio, Mouzinho da Silveira, interpretando o vento que soprava de França, “preparou-se para governar”. É a Prof.^a Miriam Pereira, quem nestes termos o diz no excelente texto que redigiu sobre Mouzinho da Silveira para a edição monumental da Fundação Calouste Gulbenkian sobre as “Obras de Mouzinho da Silveira”, título genérico da edição sobre “Estudos e Manuscritos” (1.º volume) e “Manuscritos e Impressos” (2.º volume) perfazendo um conjunto de duas mil e trinta e cinco páginas. Voltou depois ao mesmo tema em forma algo mais condensada, no livro “Mouzinho da Silveira, Pensamento e Acção Política”, edição da Assembleia da República, que tive a honra de apresentar.

Eu tinha lido aquele outro texto, facto que contribuiu para o interesse pelo novo livro, e a tentação de aceitar apresentá-lo.

Dois livros de grande qualidade literária e memorialista, que honram os co-autores do primeiro e a autora do segundo. A Doutora Miriam Pereira é, aliás, uma ilustre Professora Catedrática Emérita, cume que atingiu depois de se ter licenciado em História e Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, no recuado ano de 1962, e de ter escalado o Doutoramento em História na Sorbonne, em 1969, a Agregação em História pelo ISCTE, em 1989, e a final qualificação de Catedrática Emérita em 2008.

O inventário dos livros que publicou, ou superiormente coordenou, e os artigos, as comunicações, os prefácios e demais produção intelectual a que deixa ligado o seu nome, provam que Mouzinho da Silveira foi umas das suas mais irresistíveis atracções temáticas. E que o grande legislador não poderia aspirar a ter mais dedicada, esforçada e talentosa biógrafa.

Regresso, porém, ao elogio do grande Mouzinho. Grande pelo saber, grande pela capacidade de inovação, grande pela coragem de revogar leis que tinham deixado de ser do seu tempo, substituindo-as por outras que, em muitos casos, estavam já para além do seu próprio tempo, revolucionárias por isso.

Só de facto tendo-se “preparado para governar”, quando no exílio, se pode explicar a qualidade e a quantidade dos textos legais que redigiu na Ilha Terceira, habilitando D. Pedro e os seus apoiantes a ganharem a guerra civil – que foi de ideias antes de ser de tiros – e que ensanguentou e enlutou o país.

Os seus dois exílios – de 1828 a 1836, e de 1836 a 1838 – num conjunto de 8 anos em que estudou a legislação da França, produzida pela mais inovadora revolução de sempre – e reflectiu sobre as virtualidades do movimento liberal, e das leis que o sufragavam, armazenou conhecimentos e enraizou convicções que fizeram dele, a partir da Ilha Terceira, e já nela, na feliz expressão de Almeida Garrett, “o Moisés do Liberalismo”.

Diz mais, e eloquentemente como sempre, o mais célebre dramaturgo português, talvez o nosso maior orador parlamentar e um também notável legislador: diz que “Paris acolheu benignamente o ilustre proscrito”. Que ali viveu “estudando praticamente as instituições e os homens, lendo bastante, meditando mais, e fazendo, à guisa de todos, projecto sobre projecto, plano sobre plano”. Mas, acrescenta, “nenhum para engrandecimento pessoal, que todos tinham por objecto a Pátria que deveras amou, e a liberdade da sua terra, que sinceramente tinha no coração”.

Esclarece ainda o grande Garrett que D. Pedro, “apenas chegado, um dos primeiros portugueses que chamou ao seu conselho foi Mouzinho da Silveira”, pouco depois o nomeando seu Ministro da Fazenda “... interinamente encarregado também da pasta da Justiça”, em reconhecimento, aliás, da sua enciclopédica preparação e cultura.

E Mouzinho não hesitou. Aproveitando o facto de “inteiramente se ter apoderado do ânimo de D. Pedro... aproveitou aquela ocasião, certamente única, para

fazer aceitar, e converter em leis, as suas reformas radicais e tremendas”. Assim as qualifica Garrett, em seu dizer “porque a terra, a indústria, a família, a governação, toda enfim a constituição material e social do reino, foi revolvida de alto a baixo, por essas leis formidáveis que de uns escolhos negros de basalto do meio do Atlântico, arremessava sobre a velha terra de Portugal, o proscrito Ministro do ex-imperador do Brasil”.

D. Pedro – não resisto a continuar a citar Garrett – “arrojava em seus decretos reais sobre o antigo império monárquico tão fortes germes de democracia, que nenhum plebiscito votado nos mais turbulentos comícios populares, os teve ainda tão poderosos”.

Decerto para que se não duvidasse da sinceridade dos seus elogios, Garrett não se eximiu a reconhecer-lhe também defeitos. E reconhece – o que é sabido – que Mouzinho “não era orador”, e que “todas as partes lhe faltavam para isso”. Mas logo regressa aos encómios para o classificar como “um homem de coração e inteligência. Ainda que não brilhe na tribuna, marca sempre o seu lugar nessas grandes reuniões em que, geralmente, tudo é pequeno”.

Grande foi também Garrett, um político, um legislador, um escritor e um poeta a quem a fortuna não recusou o alto da eloquência. (Extractos do texto de Garrett, reproduzido na “História Contemporânea de Portugal, Tomo I, edição dirigida por João Medina)

Fica assim explicado o milagre legislativo da Terceira. Em quantidade e qualidade.

Acolho-me também à autoridade de outro liberal de génio, nosso maior historiador, grande romancista, notável escritor, e carácter exemplar que, tendo igualmente vivido a patriótica exaltação da expedição à Ilha Terceira e, depois do cerco do Porto, da guerra civil que se seguiu e do triunfo do liberalismo constitucional, acompanharia Mouzinho da Silveira na decepção do fim da vida, traduzida num novo exílio, esse na própria pátria. Refiro-me, como já se intui, ao grande Alexandre Herculano.

Nos seus Opúsculos, deixou-nos, imbuída da autoridade de que os seus escritos se revestem, esta síntese das revolucionárias medidas preconizadas pelo notável legislador:

- “Aboliu-se a dízima eclesiástica e os direitos senhoriais”, com libertação da propriedade rural, do trabalho agrícola, da pequena indústria e do pequeno comércio, “de dois terços dos impostos com que eram sobrecarregados, e de que apenas um pedaço mínimo revertia para o “fisco”.

- “Separaram-se as funções judiciais das funções administrativas”.

- “Organizaram-se os tribunais de justiça de harmonia com a Carta”.

- “Os empregos públicos tornaram-se pessoais e não transmissíveis por hereditariedade”.

- “As segunda e terceira linhas do exército foram abolidas”.

- “Deixou-se a toda a gente o direito de ensinar o que cada um sabia, sob certas restrições razoáveis...”.

- “Desmantelou-se a velha e antieconómica instituição dos morgados...”.

- “As corporações de mão morta foram atacadas pela secularização de um certo número de conventos”, com previsão de supressão gradual e total.

- “O imposto sobre as compras e vendas, (“sisas”) foi limitado às transacções de bens fundiários e, mesmo neste caso, foi reduzido a metade, e mesmo mais em certos casos...”

- “Destruíram-se finalmente alguns monopólios, tais como o da fabricação do sabão, da venda no estrangeiro do vinho do Porto, etc”:

“Assim” – remata Herculano – “o gabinete de que Mouzinho era a alma, conduzia de frente a revolução política e a revolução económica”. (Extracto do citado volume da História Contemporânea de Portugal, pág. 82)

Que vendaval político e legislativo! De tal significado e magnitude que não há notícia de outro mais significativo e mais vasto! Assente que Mouzinho foi o nosso Moisés, os seus diplomas legislativos foram, passe o excesso, as nossas circunstanciais “doze tábuas”.

Privilegio assim a autoridade de quem viveu o fenómeno à autoridade de quem o estudou com uma profundidade não antes atingida. A versão que os dois outros génios do liberalismo constitucional português nos legaram, traz a marca da sua autoridade e do seu talento, sem prejuízo de nos citados textos da Prof.^a Miriam Pereira podermos encontrar mais vasta informação, abonada com maior riqueza de pormenores, além de copiosa documentação.

Ia em dizer que a investigação por ela levada a efeito precisou de uma vida, não bastando para isso o impulso de um entusiasmo. Com razão a felicitei, com o apreço e a gratidão de um português, também legislador, mas modesto, que viveu por igual a exaltante experiência de legislar em tempo de mudança do velho para o novo e do iníquo para o justo.

3. Há também para mim potencial de exemplo na concreta personalidade de Mouzinho da Silveira. Os retratos que dele nos ficaram, insinuam um ser humano pelo qual a arrogância não passou. O ser humano modesto que nele pressinto, já que se lhe não conhecem arroubos de jactância ou de vaidade, antes a recusa de algumas disputadas condecorações e honrarias, aspecto em que também segui o seu exemplo.

Nesse então, a escolástica universidade de Coimbra era, segundo a crónica, liberal por metade. Nada mal! E Mouzinho deixou-se seduzir pelo liberalismo monárquico e constitucional, cedo demais para ter podido vislumbrar a futura atracção da democracia e da república, que claramente repudiou. Bem ao invés, ter ele desde jovem estudante de direito aderido com firme convicção, imune às inclemências da perseguição, da prisão e do exílio, à emergente revolução liberal, cativou sempre o espírito do jovem também dissidente do poder instituído que desde o meu tempo de Coimbra igualmente fui, por oposição a um regime político tão absoluto e intolerante como o do reaccionaríssimo D. Miguel, com a agravante de Salazar ter contra si a diferença das conjunturas políticas e civilizacionais.

Ao fim de uma vida não muito longa – sessenta e nove anos apenas – mas tão preenchida de emoções que davam para preencher duas vidas, Mouzinho da Silveira viu apagar-se a sua boa estrela política e, no último troço da sua existência, viveu a amargura de o país prescindir do seu saber e do seu talento, assim o condenando à solidão de Castelo de Vide, sua terra natal, tal como a Herculano à de Vale de Lobos, um e outro confinados à gestão das suas propriedades, mas com menos sucesso o legislador do que o historiador. Um e outro imagem da desilusão, que quando calha não poupa sequer os espíritos mais nobres e mais altos.

Para trás ficaram os exílios, as prisões, a prisão e a morte na cadeia da própria mãe, já octogenária, a perseguição de suas irmãs; a tentativa, por ele frustrada, através

de uma venda simulada, de desapossamento do seu património; as mortes e o sofrimento provocados pelo delírio de um absolutismo fora de senso e fora de época.

Mas Mouzinho não discordou apenas dos delírios de D. Miguel. A integridade do seu carácter exigiu de si que por diversas vezes se demitisse dos seus cargos oficiais, sempre que não esteve de acordo com as medidas políticas ou administrativas com as quais, sem demissão, teria de se corresponsabilizar. O poder nunca o seduziu mais do que a rectidão das atitudes. Durante o próprio cerco do Porto, rodeado de poder e de prestígio, usou a demissão como afirmação de coerência por desacordo com o governo revolucionário.

Apesar do seu excepcional prestígio, ganhou eleições e perdeu eleições. E apesar de ter sido um brilhante deputado, um dos mais operosos, um dos mais sabedores, e um dos mais produtivos, como nunca foi arrangista, nem jamais cuidou de manobristas de grupo, os votos que adregou obter nem sempre chegaram para elegê-lo. Quando assim acontecia, regressava à função administrativa, predominantemente à de Administrador da Afândega, de que foi um probo e prestigiado agente. Viria assim a ser, com intermitências, três vezes deputado, e destacado para importantes comissões parlamentares. E se o registo das suas intervenções parlamentares não documenta um orador da estirpe de um Almeida Garrett, de um José Estêvão de Magalhães, ou de um Afonso Costa, revela sem dúvida um político culto, sabedor e ágil, e sobretudo um técnico jurídico de grande virtuosismo, e uma vez mais um legislador com uma excepcional capacidade de inovação e antecipação do futuro.

O referido livro da Prof.^a Dr.^a Miriam Pereira abona-se também com uma muito rica cópia de documentos alusivos à actuação parlamentar, além da política e administrativa, de Mouzinho da Silveira. Fica mesmo a constituir, com a referida edição monumental patrocinada pela Fundação Gulbenkian, a mais completa recensão de dados biográficos e curriculares sobre o genial legislador. Valorizada, aliás, pela informação de que, no essencial, decorre de um conjunto de registos do próprio Mouzinho que esteve em risco de se perder, e foi salvo por obra do acaso. O manancial originário terá sido encontrado anexo a um processo judicial ao qual, ao que parece, não dizia respeito e que, por isso, só um feliz acaso permitiu localizar. O papel do acaso na história do conhecimento, encontra neste episódio substancial reforço.

O liberalismo defendido por Mouzinho teve na origem a sua componente económica. E esta foi, digamos assim, a detonadora do liberalismo político e do fim do absolutismo real e eclesial. E na origem do liberalismo económico, que à data assumia a face simpática do depois discutível modelo capitalista, tinha estado a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, expressão nacional mais significativa do espírito das luzes. Essa reforma, no próprio dizer de Mouzinho, “pôs na ordem as melhores universidades dessa época. Pôs o homem no caminho do uso da razão”.

Inscribe-se aqui também o reflexo do ideal maçónico, que adrega difusão entre os portugueses no início do séc. XIX, e que Mouzinho fez seu. A sua básica trilogia – liberdade, igualdade e fraternidade – constituiu, como facilmente se intui, o mais repetido e eficaz libelo contra o poder absoluto, os privilégios reais e religiosos, e a não partilha da riqueza.

Teria acrescentado a sua glória a antevisão das virtualidades potenciais da democracia, e da república, que a igual título rejeitou. Mas era talvez cedo demais para que agora lhe recusássemos compreensão. O fim efectivo do poder real absoluto ainda vinha longe, sufragado como sempre esteve pelo atraso cultural e cívico do nosso povo. Por algum tempo ainda se enterraram os mortos nas igrejas. O assassinio político era ainda uma muito usada forma de argumento para convencer adversários.

E, mesmo depois que se admitiu o recurso ao voto em urna, por muito tempo o direito a ele foi privilégio de poucos, e a fraude eleitoral uma tentação de muitos. Ou já nos esquecemos da “Morgadinha dos Canaviais” do também sobredotado Júlio Diniz, e do seu Joãozinho das Perdizes?

O fenómeno não foi apenas português. Um pouco por toda a parte, a substituição de deus pelo povo, como fonte da soberania, foi uma ruptura civilizacional arrastada, e cara em vidas.

Mas devemos creditar a Mouzinho da Silveira o facto de ter divergido de Adam Smith, o profeta do liberalismo económico, preservando para o Estado a função decisiva que o “laissez faire” da profecia de Smith lhe negava. O futuro viria a dar-lhe razão, embora tenhamos de creditar ao triunfo económico da burguesia, o enterro do poder real.

O presente reforça essa razão, na medida em que crescentemente exige o fim do mau uso, pela burguesia, do seu poder económico, tendencialmente abusivo também. É verdade que se trata agora de um poder algo menos absoluto. Mas tendia a sê-lo. A actual crise económica reflecte essa tendência. O País e o Mundo precisam de outros Mouzinhos que lhes assegurem uma revalorização do poder político, agora a nível global, ou seja ao mesmo nível em que o poder económico impõe os seus abusos.

A Igreja e a Monarquia Absoluta, afinal um só poder, tinham conduzido os povos a níveis de atraso económico e cultural ultrajantes da consciência universal. E a Revolução Francesa, mais os seus reflexos no continente americano, tinham enfrentado com êxito essa dupla suserania. Duas importantes constituições, a francesa e a americana, tinham baralhado as contas à legitimação teocrática do poder. Onde eram deus e o rei, puseram o povo. Esta foi a maior ruptura civilizacional e a maior revolução política de sempre, que curiosamente encontrou reservas no próprio Mouzinho, que não chegou a aceitar o princípio da soberania popular. Foi antecipado, e foi grande, mas teve, apesar disso, direito aos seus próprios limites.

Podia tudo continuar na mesma no continente europeu e no continente americano? Não podia, nem continuou.

Mas debalde se esperaria que quem detinha o poder, o entregasse de mão beijada. Pelo contrário, lutou bravamente pela sua conservação e pelos privilégios do seu exercício. Curiosamente, na maioria dos casos, com o apoio do próprio povo, que para isso mesmo tinha sido conservado crédulo, subdesenvolvido e ignorante.

Mas a “boa nova” do liberalismo económico primeiro, e político depois, anunciava uma nova civilização. Quando assim acontece, o novo substitui o velho. Hoje, é-nos difícil compreender como foi possível prolongar por tanto tempo o poder real absoluto, embora a excepcional sabedoria e capacidade de adaptação das autoridades espirituais, mais a própria natureza dos valores religiosos, ajudem a compreender e a explicar a sua resistência às anteriores rupturas.

Hoje, encontramos-nos numa encruzilhada civilizacional semelhante. A mais inovadora revolução tecnológica de sempre, tão só no espaço do último meio século, mudou e globalizou o Mundo, deixando em crise os velhos modelos políticos, económicos e éticos, bem como a solidez das correspondentes convicções.

Novos profetas precisam-se. Mas exactamente porque são precisos, e não os temos, a própria necessidade deles exige de nós um gesto de admiração e reconhecimento para com os que, como Mouzinho da Silveira, foram capazes de, em situação de algum paralelismo, indicar soluções e apontar caminhos.

Recebido em 09-09-09. Aprovado em 01-10-09